



**A moda *plus size* pela lente das desigualdades sociais**

*Plus size fashion through the lens of social inequalities*

Tais Ventura<sup>1</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3323-2380>

Alberto Cipiniuk<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-4640-0646>

**[resumo]** Neste artigo, nos propomos a aproximar o Campo do Design ao das Ciências Sociais, para examinar o universo simbólico de mulheres brasileiras gordas e de baixa renda, que compõem o quantitativo majoritário de indivíduos das mulheres de nossa sociedade, refletindo sobre a interação e os limites impostos pelo seu poder aquisitivo, em se tratando de acesso às mercadorias denominadas de Design de Moda. O método de análise considerou dados estatísticos sobre a população brasileira, revisão bibliográfica a respeito das noções de desigualdades sociais, pobreza, inclusão e exclusão, a partir das noções das Ciências Sociais, bem como a reflexão a respeito da dimensão cultural de igualdade e desigualdades para os brasileiros. Nesta pesquisa, convidamos os pares à reflexão sobre os aspectos sociais que impactam nossa sociedade, refletindo sobre como as desigualdades sociais podem ser refletidas nas diferenças observadas nas chances individuais de acesso e posse de bens socialmente valorizados. Concluímos que a exclusão é um produto do sistema e a igualdade uma dimensão cultural, composta de aspectos específicos de acordo com os códigos culturais vigentes, e que a moda, como meio de manifestação e manutenção das instâncias sociais, reflete os movimentos da sociedade.

**[palavras-chave]** **Moda plus size; Desigualdades sociais; Design; moda; fashion design.**

**[Abstract]** In this article, we propose to bring the Field of Design closer to the Social Sciences, to examine the symbolic universe of Brazilian fat and low-income women, who make up the majority of individuals in Brazilian female society, reflecting on the interaction and limits imposed by their purchasing power when it comes to access to design products. The method of analysis considered statistical data on the Brazilian population, a literature review on the notions of social inequalities, poverty, inclusion and exclusion, from the notions of Social Sciences, as well as a reflection on the cultural dimension of equality and inequalities for Brazilians. In this research, we invite peers to reflect on the social aspects that impact our society, reflecting on how social inequalities can be reflected in the differences observed in individual chances of accessing and owning socially valued goods, concluding that exclusion is a product of the system and equality is a cultural dimension composed of specific aspects in accordance with current cultural codes, and that fashion as a means of expression and maintenance of social instances reflects society's movements.

**[Keywords]** Plus size fashion; Social differences; Design; fashion; fashion design.

Recebido em: 04-05-2021

Aprovado em: 16-09-2021

<sup>1</sup> Doutoranda no Departamento de Artes e Design PUC-Rio. E-mail: [taventuracontato@gmail.com](mailto:taventuracontato@gmail.com) <http://lattes.cnpq.br/3630708825266811>

<sup>2</sup> Doutor pela Université Libre de Bruxelles. Professor Associado do Departamento de Artes e Design PUC-Rio. E-mail: [acipiniuk@gmail.com.br](mailto:acipiniuk@gmail.com.br) <http://lattes.cnpq.br/376362113018147>

## Introdução

Diante do alarmante crescimento da obesidade no Brasil e no mundo, a Organização Mundial da Saúde estima que em 2025 cerca de 2,3 bilhões de adultos estejam com sobrepeso e mais de 700 milhões obesos (ABESO, 2018). Estes dados expressam um quantitativo significativo de indivíduos com medidas corporais acima do padrão estabelecido em determinado momento social, e que agora já não representa grande parte da população. Daí a questão: quais seriam as razões para que projetos de Design em geral, mais especificamente os de moda para indivíduos gordos, ou usuários da "moda *plus size*", sejam preteridos? Podemos relacionar os fatores econômicos e sociais aos interesses de produção de produtos?

Em face da carência de produtos em geral para indivíduos na situação de obesidade, consideramos relevante esta pesquisa para o campo, por considerar dados demográficos que demonstram a situação econômica da grande parte dos usuários, mas também convidamos os pares à reflexão sobre que tipo de produtos são desenvolvidos como solução em *design* e quais valores simbólicos são agregados aos mesmos. Ao buscarmos compreender a realidade destes indivíduos no Brasil, nos deparamos com outros dados que devem ser considerados, e que atravessam a vida da maioria dos brasileiros, como a classe social e o gênero contidos nesse grupo<sup>3</sup>.

Observando com maior apreço as mulheres que se encontram nesta situação, Ferreira (2011) declara que o incremento da obesidade em mulheres inseridas nos menores percentis de renda tem sido destacado como tema prioritário para o campo da Saúde Pública na atualidade. Sua pesquisa concluiu que a obesidade no Brasil se apresenta de maneira diferente entre homens e mulheres, de acordo com as regiões e poder econômico, apresentando impacto importante nos segmentos menos favorecidos, observando a vulnerabilidade feminina no contexto de pobreza e exclusão, acentuando que o problema do excesso de peso em mulheres tende a se deslocar para a região nordeste e, de modo geral, para as classes de menor renda.

Os últimos dados divulgados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios (PNAD) declararam que quase 104 milhões de brasileiros vive com apenas quatrocentos e treze reais mensais<sup>4</sup> considerando todas as fontes de renda, e no outro extremo, somente 2,1 milhões de pessoas (1%) vivem com a renda média de R\$16.297,00 por pessoa. O IBGE divulgou, em sua última pesquisa<sup>5</sup>, que desde 2012 o número de trabalhadores por conta própria e sem carteira assinada bateu um novo recorde: a categoria por conta própria chegou a 24,3 milhões de pessoas, o número de trabalhadores sem carteira atingiu o recorde 11,8 milhões, e aqueles com carteira assinada ficou em 33 milhões. O desemprego também atingiu o recorde de 12,6 milhões de trabalhadores.

<sup>3</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/16/mulheres-pretos-nordestinos-e-pessoas-sem-instrucao-sao-os-brasileiros-com-salario-mais-baixo-mostra-ibge.ghml> Acesso: 17/03/2020.

<sup>4</sup> Disponível em: <https://istoe.com.br/metade-dos-brasileiros-vive-com-r-413-mensais-desigualdade-atinge-nivel-recorde/> Acesso: 11/11/2019.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/09/27/desemprego-fica-em-118percent-em-agosto-diz-ibge.ghml> Acesso: 06/02/2020

Reunidas as estatísticas, examinamos o Campo do Design refletindo a partir da ótica das Ciências Sociais, relacionando as desigualdades sociais aos interesses de projeto de produtos de Design, mais especificamente os de vestuário, percorrendo o nosso caminho de pesquisa sobre um viés crítico que reflete sobre a prática laboral que estamos executando e as trocas simbólicas existentes em nossa sociedade que, nos limites do Campo do Design, projeta e materializa mercadorias para que sejam consumidas e, como resultado do modo de produção no qual estamos inseridos, gerem mais valia ou lucro aos fabricantes.

A moda *plus size* é também o nome que os pares do campo oferecem a um segmento da indústria do vestuário, uma fração do processo produtivo, muitas vezes realizado por *designers* e que, sob o título de "moda", é responsável por materializar, nos produtos de vestuário, a noção de que eles são independentes da produção da mais valia e estão apenas voltados para responder às pessoas e suas dimensões de natureza subjetiva, vistas quase sempre como individuais. Por esta razão, estudamos a construção de um subproduto sofisticado de violência simbólica (BOURDIEU, 1989), pois as mulheres gordas geralmente são chamadas como consumidoras, jamais como parte do processo de desenvolvimento dos produtos, mesmo assim, a grande maioria dos produtos disponíveis são limitados ou reduzidos, às vezes obrigando-as a escolher aquilo que lhes cabe, configurando assim uma dupla exploração.

Partindo do princípio da escassez de projeto de moda na maioria dos produtos de vestuário, principalmente os de moda *plus size*, é preciso dividir em partes o entendimento das questões que atravessam esta espécie de autorização ao consumo. Isto porque o usuário de produtos *plus size* já encontra limitações de acesso naturalmente, por conta da padronização de corpos e de produtos pouco pensados para as suas necessidades, oferecendo dificuldade de acesso a estes. Em seguida, quando o mesmo se depara com seus desejos e necessidades atendidos, defronta-se com o alto valor destas mercadorias. Neste momento, o usuário é impelido a consumir aquilo que lhe é proposto, considerando a escassez e o acesso reduzido àquilo que almeja. O trânsito do indivíduo no mundo dos bens se materializa a partir de seus poderes econômicos, no entanto, outros fatores como gênero, características fenotípicas, corpo, bem como a sua localização geográfica, afetam as chances de ter suas demandas atendidas.

Diante deste fato, refletimos sobre as camadas de exclusão existentes na relação entre as usuárias que estudamos e os produtos de moda *plus size*, pois estas se organizam silenciosamente e invisivelmente ao longo dos tempos, podendo sofrer alterações em seu ordenamento e importância, sem jamais deixar de exercer seu papel. Para desenvolvermos a proposta de estudo deste artigo, que é compreender as desigualdades sociais e como elas podem ser refletidas nas trocas simbólicas no Campo da Moda, influenciando na produção dos artefatos de vestuário, iniciamos estudando o que significam as desigualdades para o Campo das Ciências sociais.

### **A distribuição das desigualdades e como elas se organizam**

De acordo com Sergio Costa, as desigualdades são medidas a partir de propósitos políticos e analíticos. No final do século XX, definiu-se entre as agências da Organização das Nações Unidas (ONU) que as desigualdades sociais se referem às diferenças observadas nas

chances individuais de acesso e posse de bens socialmente valorizados, assim, sua medição tornou-se viável pelo índice Gini<sup>6</sup>. As diferenças individuais de renda aplicadas ao índice Gini são uma forma de abordá-la, no entanto, o autor aplica outras dimensões cruciais à leitura dos dados, que são: desigualdades de que; desigualdades entre quem; desigualdades quando; e desigualdades onde? "As desigualdades de que" representam o movimento das ciências sociais para o estudo da desigualdade de posição ou de resultado, em oposição à de oportunidades, para além da meritocracia, considerando as assimetrias de poder, que são as possibilidades que um indivíduo tem de influenciar nas decisões que afetam sua vida em relação aos direitos políticos e sociais, e as desigualdades socioecológicas referem-se às diferenças de acesso a bens ambientais como saneamento básico, água potável, parques etc.

"As desigualdades entre quem" buscam pesquisar não somente as desigualdades entre indivíduos, mas também entre grupos definidos por categorizações sociais como negro/branco, cidadão/estrangeiro, masculino/feminino. São consideradas, a partir de estudos recentes, as categorias intermediárias, julgando haver diferenciações relevantes no entendimento das desigualdades pesquisadas que podem atravessar estes dados, contando com as pesquisas recentes sobre interseccionalidade, que busca não hierarquizar as opressões, mas compreendê-las como agentes operando mutuamente, resta indicado que as posições nas estruturas sociais sempre derivam de interações complexas de categorizações de raça, gênero, classe etc. (Costa, 2019 p.59)

O conceito de "desigualdades quando", busca analisar as "desigualdades em camadas", entendendo-as como persistentes e historicamente dinâmicas, a ponto de se sobrepor, jamais deixando de existir. O esforço é por entender como as desigualdades passadas e presentes se relacionam entre si. Já as "desigualdades onde" se interessam por comparações na perspectiva macroestrutural, vistas a partir de um cenário histórico e compreendendo as desigualdades como entrelaçadas e interseccionais, a partir de uma perspectiva etnográfica interessada em compreender as desigualdades na América Latina. O autor faz uma análise sobre as políticas públicas implementadas no governo Lula, Dilma e Temer, analisando o Estado em relação à concentração e distribuição de renda, refletindo sobre o impacto das políticas sociais implementadas para a redução das desigualdades, como o programa Bolsa Família, as políticas de cotas nas universidades federais e o salário-mínimo.

O autor concluiu que, em relação às desigualdades, a ligeira mudança na concentração de riqueza não se sustentou mais assim que a economia brasileira começou a estagnar, e os trabalhadores menos qualificados foram perdendo seus empregos. Ele reconhece um ganho nas políticas de fortalecimento de mulheres e afrodescendentes, mas pontua que tais

<sup>6</sup> O que é índice de Gini? "O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza. Na prática, o Índice de Gini costuma comparar os 20% mais pobres com os 20% mais ricos. No Relatório de Desenvolvimento Humano 2004, elaborado pelo Pnud, o Brasil aparece com Índice de 0,591, quase no final da lista de 127 países. Apenas sete nações apresentam maior concentração de renda." Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28) Acesso: 05/02/2020.

ganhos são voláteis, pelo fato de terem sido concedidos dentro de programas sociais transitórios e não como direitos constitucionais, daí os obstáculos para a remoção destes programas serem pouco relevantes. A distribuição e o acesso a serviços como escola, saúde e mobilidade continuaram ocorrendo de forma desigual. No entanto, em relação às desigualdades entrelaçadas, programas como o Bolsa Família e o aumento real do salário-mínimo parecem ter promovido melhorias entre os grupos de negros e mulheres, em comparação a políticas exclusivas voltadas para diminuir desigualdades de gênero e raça.

Em relação à implantação de cotas, o autor defende que na medida em que mulheres, negros e indígenas possuam títulos acadêmicos ou ocupem posições de liderança, eles estarão contribuindo para a remoção de preconceitos historicamente construídos e se aproximando da igualdade entre os indivíduos. No que tange a assimetria entre ricos e pobres, segundo o autor, seriam necessárias reformas profundas no âmbito agrário, tributário e urbano, para uma real distribuição da renda e da riqueza em nossa sociedade. Em relação às desigualdades nacionais e globais, a dependência econômica do Brasil foi agravada pela perda de controle sobre o preço das *commodities* no mercado internacional, atração de investimentos externos, volatilidade comercial etc. (Costa, 2019 p.71) Ele encerra sua pesquisa esclarecendo que o estudo não se presta a deslegitimar políticas redistributivas, mas objetiva lançar luz sobre o poder equalizador destas, quando adequadamente desenhadas e aplicadas.

### A exclusão é um produto do sistema

Daremos continuidade aos estudos com uma breve conceituação oferecida por dois autores relevantes ao Campo das Ciências Sociais, são eles: Serge Paugam e George Simmel. Paugam (1999) estudou a dialética inclusão *versus* exclusão, a partir das subjetividades específicas nela envolvidas, desde o sentir-se excluído até o sentir-se discriminado ou revoltado, considerando-a como processo sócio-histórico, objetivando compreender as nuances das configurações e as diferentes dimensões da exclusão, propondo a substituição deste termo por "a dialética da exclusão/inclusão".

Para o autor, a exclusão é condição da ordem social desigual, que implica um caráter ilusório de inclusão (Paugam, 1999 p. 8), sendo as desigualdades um produto do sistema que retroalimenta a relação de inclusão *versus* exclusão. Para ele, o conceito de desqualificação social é um movimento de expulsão gradativa dos indivíduos para fora do mercado de trabalho, de camadas cada vez mais numerosas da população (Paugam, 1999 p. 68). Paugam desenvolveu cinco elementos da desqualificação social: A estigmatização dos oprimidos através da humilhação, que os impede de aprofundar qualquer sentimento de pertencimento a uma classe social; a desqualificação social, que seria a manutenção do indivíduo assistido como membro do último estrato da sociedade; a resistência ao descrédito, que coletiva ou individualmente busca resgatar sua legitimidade cultural e sua inclusão no grupo; os modos de resistências que variam conforme a fase do processo de desqualificação na qual os pobres se encontram; e a definição das condições histórico-sociais do processo. O autor objetiva contribuir para a compreensão do conceito de exclusão levando em conta a sua ambiguidade, buscando aprimorá-lo na sua complexidade e contraditoriedade, defen-

dendo a possibilidade de que a inclusão possa ser uma espécie de exclusão disfarçada, por ser constituída a partir de reações sociais provocadas por circunstâncias específicas.

Janete Ivo resenhou o importante livro de Georg Simmel, *Der Arme*, que teve sua primeira versão em alemão e posteriormente ganhou versão em francês sob o título *Les Pauvres* (1907), traduzido por ela. Segundo a autora, Simmel procurou contribuir para o estatuto do pobre frente à sociedade em geral, num contexto de constituição do Estado moderno na Europa (e na Alemanha em particular) no início do século XX (Ivo, 2008 p.172). Para Simmel, o principal elemento que define a condição de "ser pobre" é a assistência que alguém recebe publicamente da coletividade. Esta categoria é inevitavelmente desvalorizada por conta da dependência dos demais.

Ele relaciona a pobreza aos laços sociais que ela institui, reconhecendo-a como condição política da cidadania dos indivíduos, se debruçando sobre as questões fundamentais da teoria social e do método. Para o autor, a pobreza é sempre relacional e relativa, sua figura surge com o avanço da tecnologia e das mudanças sociais e, por isso, as desigualdades são inevitáveis. A leitura que o autor tem sobre a assistência é que ela é essencial para mitigar a violência, no entanto, não existe para reduzir a desigualdade, mas sim para controlar e manter os pobres no mesmo lugar. Simmel analisa a pobreza como uma classe passiva, sendo a sociedade quem define os indivíduos que devem ser considerados pobres. "Esses indivíduos pobres são levados a se transformarem em "estrangeiros deles mesmos" afrontados por uma objetivação do outro, que designa o que eles são ou o que eles podem ser" (Ivo, 2008 p.177, *apud*. Simmel).

Apresentadas duas importantes noções para os estudos das desigualdades sociais, e como esta relação dialética contribui para a construção do imaginário a respeito dos menos favorecidos economicamente, passaremos ao entendimento de como a noção de pobreza e criminalidade se desenvolveram no Brasil, deixando como herança aos tempos atuais preconceitos que inúmeras vezes foram corroborados por declarações científicas, e viabilizaram ações abusivas do poder público em relação à população.

### **A igualdade é uma dimensão cultural**

A pobreza e sua concepção de significado tiveram uma trajetória especial em terras brasileiras. Corolária dos tempos da escravidão, ela só foi vista como problema no século XIX, na passagem da relação senhorial-escravagista para burguês-capitalista. Na época, as questões da pobreza eram:

- a) Saúde e necessidade de higienização da cidade (discurso higienista);
- b) Manutenção da ordem social e do controle da classe trabalhadora;
- c) Transformação do homem livre (escravo liberto e imigrante pobre) em trabalhador assalariado, submetido a uma sociedade ordenada pelo trabalho (Valladares, 1991 p. 84).

O discurso higienista tinha como foco de atuação o Cortiço, as características relacionadas a essas habitações eram moradia de péssima higiene, com falhas no abastecimento de água e no saneamento básico. A intervenção de médicos no poder público alertava sobre o valor da higiene e para a necessidade de medidas que melhorassem a saúde pública. A geração de teses e relatórios produzia pareceres que denunciavam cientificamente as condições

precárias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Essas moradias eram comparadas às cidades da Inglaterra Vitoriana e, por influência das teorias médicas francesas, os higienistas brasileiros estabeleceram uma estratégia de desinfecção dos lugares públicos e outras providências para a higienização da cidade.

Apesar de as doenças abaterem pobres e ricos, o cortiço, habitado por um quarto da população brasileira, era considerado a expressão da insalubridade e da pobreza. No início da República, o discurso de que o cortiço precisava ser eliminado para possibilitar o saneamento básico foi endossado pela necessidade de manutenção da ordem social, pois, para a elite política nacional, o cortiço era o foco de todas as epidemias, e lá se concentravam as "classes perigosas", pensamento importado da Inglaterra Vitoriana que acreditava que pauperismo, sujeira, congestionamento e crimes estavam ligados aos cortiços, que seriam o berço de toda criminalidade. Os habitantes eram considerados automaticamente perigosos e criminosos, que deveriam ser reprimidos e controlados para não comprometer a ordem.

A partir de um discurso ideológico, as classes dominantes dividiram a sociedade em dois mundos: o mundo do trabalho, da moral e da ordem; e o mundo da desordem, da vadiagem e da imoralidade. O primeiro era o espaço da fábrica, o segundo era o espaço do cortiço e da rua. Aqueles que praticavam profissões à margem, ou seja, fora das fábricas, eram considerados vagabundos, vadios, criminosos. A reforma de Pereira Passos trouxe uma série de imposições à população, agravadas pelas campanhas sanitárias comandadas por Oswaldo Cruz, que sedimentou a noção de que as camadas populares eram "classes perigosas".

O trabalho obrigatório era um meio de impor ordem àqueles que precisavam regenerar-se, a noção de que o trabalho é o elemento ordenador da sociedade era central aos legisladores das elites brasileiras, a então recente abolição da escravatura não dera conta de superar a lembrança do trabalho humilhante da escravidão e, na tentativa de superar este caráter, a nova ideologia impunha o trabalho como o valor supremo da vida em sociedade, independente de um passado traumático recente.

Segundo Valladares, no Rio de Janeiro havia grande população para ocupar os postos de trabalho, mas a maioria dos indivíduos eram considerados inaptos, ignorantes ou insolentes, pois a demanda dos donos fábricas do Rio de Janeiro e São Paulo era por trabalhadores dóceis ao assalariamento, e às estruturas do processo produtivo. A autora se baseia na análise de Kowarick (1987) para defender que à época esta não foi uma questão fácil de resolver, pois era necessário haver um domínio do capital sobre o trabalho, transformando o trabalhador em mercadoria, submetendo-o aos horários e regulamentos das disciplinas presentes na indústria. Aqueles que não se submetiam a esta rotina não eram considerados trabalhadores, ainda que desenvolvessem tarefas essenciais.

Entre os anos 1950 e 1960, a pobreza foi reconhecida como questão social, com a transformação da sociedade agrário-exportadora em sociedade urbano-industrial. A urbanização se expandia para outras cidades como Belo Horizonte, Salvador, Recife, Fortaleza e Curitiba, afetadas pela política de importações e expansão industrial, direcionando investimento pesado na produção de bens de consumo e na construção de infraestrutura para a expansão industrial (Valladares, 1991 p. 94). A pobreza, anteriormente concentrada nos cortiços, agora se manifesta junto às cidades em expansão, passando a ser estudada por

cientistas sociais, deixando o caráter de fraqueza individual para ser entendida do ponto de vista de fatores externos aos indivíduos, cabendo à sociedade a responsabilidade sobre a marginalidade do indivíduo.

A instituição do salário-mínimo, em 1938, e a criação da carteira de renda, na década de 1960, junto à introdução do critério de renda, passaram a classificar pessoas em situação de pobreza como população de "baixa renda". Foram conferidos ao trabalhador atestado de antecedentes, identidade, título de crédito, além de registro de sua trajetória, apartando-o ainda mais de não trabalhadores. Surgiram programas de atendimento às pessoas pobres, a partir da importação de políticas públicas internacionais na área da educação, saúde e habitação, tendo a variável renda como definição de pobreza, que passou a ser considerada um fenômeno de insuficiência.

A autora afirma que na década de 1970, o Brasil se tornou a oitava economia mundial, tendo vários fatores influenciado esse resultado, como por exemplo, a expansão da indústria manufatureira, mudanças na agricultura e no setor de serviços, e o processo de urbanização contínuo e acelerado. Esta fase é conhecida como "o milagre econômico", que foi a principal propaganda utilizada pela ditadura para popularizar o governo, pois houve um momento de forte crescimento da economia nacional. Foi registrado forte aumento do PIB, pela redução das taxas de inflação, pela entrada de capital estrangeiro, pelos investimentos do governo no setor industrial, nas telecomunicações, nos setores energéticos, siderúrgicos e petroquímicos, na agricultura, na mineração e na pecuária, no sistema bancário, financeiro e na construção civil, que mascaravam a violência praticada pelo governo para enfraquecer os grupos políticos de oposição.

Todos esses investimentos fortaleceram a classe média brasileira, tendo como resultado a altíssima concentração de renda nas mãos de poucos. O milagre foi interrompido pela recessão econômica mundial, que durou até o fim dos anos 1980, com um período marcado pela acentuação da miséria. De acordo com a autora, em 1970, 53% das famílias nas áreas urbanas tinham renda *per capita* inferior a meio salário-mínimo. O mercado informal foi considerado de fácil entrada, por não exigir qualificação nem grande capital, e abrangeu uma infinidade de atividades, como alternativa para fugir do controle estatal. A partir de 1970, os mercados "informal" e "formal" ganharam o discurso econômico da pobreza.

Na abordagem informal, a referência básica não é mais o subemprego. Acredita-se que bem ou mal, o dinamismo do mercado informal absorve a população, deixando poucos de fora. A tendência é mais de incluir do que excluir indivíduos e famílias, muito embora o grau de absorção possa variar e gerar baixos rendimentos (Valladares, 1991 p.105). A noção do início do século havia sido superada, agora todos aqueles que desempenham alguma atividade econômica poderiam ser considerados trabalhadores e, apesar disso, a pobreza insidia sobre a população. Com a desvalorização do salário mínimo e o aumento da pobreza, notou-se a mobilização de crianças e idosos nas atividades informais, como estratégia de sobrevivência das famílias.

A autora concluiu que a construção da noção de pobreza não partiu somente da base material, mas de princípios morais regulatórios da vida dos indivíduos, bem como a noção do tipo de trabalho ideal que tornaria as pessoas dignas ou não, suspeitas ou não, críveis ou não, qualificando essas pessoas e as separando socialmente. O entendimento de que um

indivíduo é suspeito de algo pela sua atividade profissional deixa à mostra um modelo de governo que classifica e pune seus cidadãos a partir de categorias falhas de julgamento, e oprime as próprias vítimas que cria. Aqueles que trabalhavam em atividades consideradas "não formais" passaram a ser reconhecidos no mundo do trabalho, não para serem incluídos ou respeitados, mas como a informalidade estava cada vez maior, o processo de aceitação de sua existência foi o primeiro passo para a criação de políticas públicas de taxaçaõ daqueles que não possuíam qualquer proteção do emprego formal, impelidos a se regularizarem junto ao governo, através do empreendedorismo e do microempresariado.

### **Não mexa no meu queijo**

Apresentamos a pesquisa realizada por Elisa Reis (2004), que através do cruzamento de dados buscou compreender o significado da igualdade para as elites brasileiras, comparando seus depoimentos aos da população em geral, para verificar se à época havia convergências em suas noções de igualdades e desigualdades. Reis conduziu sua pesquisa a partir do conceito de que é preciso partir do todo para em seguida determinar igualdade e desigualdade, sustentando que a discussão nasce da dimensão cultural e política na distribuição de bens e serviços na sociedade.

Esta determinação tem sentido moral sobre os critérios distributivos, a partir de um código cultural que as sociedades elegem sobre o que é e o que não é aceitável na distribuição de bens e recursos, sendo a cultura fator incontestável no juízo desta distribuição. Para Reis, a questão da igualdade é moderna, e contrapõe-se ao formato do mundo pós-moderno, em que a evolução hierárquica era tida como inquestionável, sendo as hierarquias irrefutáveis. Apesar de a igualdade se tornar um valor na Idade Moderna, ela tem sua base no Cristianismo, a partir da afirmação de que todos são iguais perante Deus, mas somente na Revolução Francesa este conceito encontrou seu marco histórico, sendo instaurado como meta, valor ou ideologia.

Diante de tantas definições dadas pelos campos de estudo, é no bojo da política que ela se aproxima a um entendimento de seu significado, pois "Uma sociedade define o que é ou não aceitável na distribuição de bens e recursos a partir de um código cultural compartilhado" (Scalon, 2004 p.38), e em consonância com Sergio Costa, a autora aplica a pergunta: igualdade em relação a que? Para ela, é necessário partir de um ponto basal que se aplique a diversas perguntas, sendo a igualdade um ideal, um valor dinâmico e inatingível, que parte do princípio de como aplicamos critérios que hierarquizam e referenciam padrões de distribuição das riquezas.

A autora bem pontua que as desigualdades, se medidas apenas do ponto de vista comparativo de outros países, fornecerão um *ranking* relacionado àquilo que consideramos valores gerais, a partir dos critérios estabelecidos de distribuição. Em se tratando destas comparações, há que se considerar que estas análises contemplam noções de justiça e equidades aqui vigentes, para que estas mesmas noções legitimadas e deslegitimadas ganhem sentido nas trocas simbólicas no seio de nossa sociedade. A escritora parafraseia Munch (1992) para explicar que segundo ele,

"A estrutura de desigualdade é uma estrutura de relações de solidariedade, que estabelece seus limites a partir da renda, poder, educação e prestígio. Esta estrutura circula em interação com o código cultural, que é gerada pela lei da abstração simbólica e legitimada ou deslegitimada a partir da linguagem" (Scalon, 2004 p. 41).

Ao afirmar isso, ela reconhece a importância das comparações internacionais para a compreensão das desigualdades e, para tal, ela discute, através da comparação de dados do *survey*<sup>7</sup> nacional de 2001 e entrevistas, a percepção e o entendimento das desigualdades para as elites brasileiras, em comparação à sociedade. Em linhas gerais, a autora concluiu que houve muitas convergências e divergências nas respostas. Ainda que para as elites brasileiras a educação seja a maneira ideal de assegurar a igualdade, elas acreditam que a igualdade de oportunidades na educação seja a melhor forma de reduzir o problema, repudiando as políticas afirmativas de cotas, argumentando que tais políticas reforçam as desigualdades porque manipulam e distorcem os resultados. Para elas, basta elevar o nível de educação para que todos melhorem, sem "penalizar" os setores ou classes mais favorecidos.

É comum aos dois grupos que ao governo cabe atuar para reduzir as desigualdades, melhorando a oferta de serviços públicos, além da promoção da reforma agrária. A autora esclarece que a cultura política da população brasileira é diversificada e que, por este motivo, o estudo merece ampliação para se aproximar cada vez mais de fórmulas políticas mais eficazes no combate às desigualdades. Nota-se que a classe média é sensível à desigualdade, e a reconhece, mas em se tratando de redistribuição de renda e de benefícios, esta se opõe, apostando na meritocracia como trampolim para a redução das desigualdades, sem se dar conta de que o ponto de partida dos indivíduos economicamente menos favorecidos jamais será o mesmo daqueles da classe média brasileira, daí a meritocracia só se aplicaria de maneira justa no momento em que todos os indivíduos partissem da mesma largada.

### A moda e a moda *plus size*

Tal como todas as práticas humanas, partimos da premissa de que a moda, subconjunto do Campo do Design<sup>8</sup>, seja um espaço simbólico que gerencia aspectos econômicos, ideológicos e comportamentais, e os expressa na produção da necessidade do consumo e na transmissão de ideias, próprias da ideologia comercial em vigor na sociedade industrial. A bem da verdade, trata-se de uma noção artificial, uma convenção produzida e mediada por fundamentos com a mesma origem dos fundamentos do Campo da Arte, e apropriada pelo

<sup>7</sup> "A pesquisa *survey* é um tipo de investigação quantitativa. Ela pode ser definida como uma forma de coletar dados e informações a partir de características e opiniões de grupos de indivíduos. O resultado encontrado, desde que o grupo seja representativo da população, pode ser extrapolado para todo o universo em estudo." Disponível em: <https://www.opuspesquisa.com/blog/tecnicas/pesquisa-survey/> Acesso: 07 fev.2020.

<sup>8</sup> O Campo da Moda também é atributo do Campo do Design, pois os designers são os agentes de produção do vestuário industrial, estando os objetos que produzem condicionados à luta existente no campo. Não podemos esquecer que a moda, como sistema dentro sistema capitalista, é anterior ao design, e que há outras formas de produção de moda que não apenas a industrial.

modo de produção capitalista para o incremento do mais valor. O termo *campo* foi cunhado pela teoria sociológica de Pierre Bourdieu (1980) e, em se tratando de moda, se refere ao espaço onde atuam os agentes de produção, os *designers* de vestuário, acessórios e adornos pessoais; os agentes da recepção, isto é, o público consumidor que os pares do Campo do Design chamam de "usuários"; e de legitimação e consagração dos valores que circulam nesse espaço e que amalgamam, por assim dizer, toda a estrutura, possibilitando coerência nas ações de todos os agentes.

Para Bourdieu, o reconhecimento do campo envolve a ciência de que haja uma luta entre seus agentes e regras a serem respeitadas para que o jogo possa existir. No Campo da moda, essa luta se estabelece por meio de valores simbólicos que são formulados e possuem validade entre os pares do campo, que realizam suas práticas profissionais tendo-os como norte e, transferindo à sociedade estes mesmos valores, sendo responsáveis também pela legitimação dos mesmos. Dentro do modo de produção capitalista, a partir de sua base material e das condições de produção, dá-se origem aos produtos industriais de vestuário que precisam de um tipo de significação para que, além de operarem a produção de mais valia, funcionem como suporte de comunicação, isto é, para que transmitam ou propaguem *status* e diferenciação social, pois é essa noção abstrata que precisa ser validada para a comercialização do artefato, e invertida para vir a ser capital financeiro. Os *designers* de moda são agentes de produção dessas mercadorias.

A moda *plus size* é também o nome que os pares do campo oferecem a um segmento da indústria do vestuário, uma fração do processo produtivo, muitas vezes realizado por *designers* e que, sob o título de "moda", é responsável por materializar, nos produtos de vestuário, a noção de que eles são independentes da produção da mais valia e estão apenas voltados para responder às pessoas e suas dimensões de natureza subjetiva. Esta noção é vista quase sempre como individual e não correspondente aos padrões de medidas corporais hegemônicos, que deram origem às tabelas de medidas tradicionais para a confecção de produtos de vestuário, isto é, roupas para mulheres magras e altas, mais ou menos correspondentes àquelas que desfilam em passarelas.

Por operar num espaço mais ou menos "paralelo" ou autônomo em relação à moda em geral, a moda *plus size* se propõe a abrir espaço no desenvolvimento de produtos a determinado grupo de indivíduos com medidas corporais acima do padrão, que se materializa em um movimento na sociedade com reflexos diretos no Campo da Moda, como por exemplo, a valorização da diversidade de corpos e, por consequência, o aumento da representação do corpo gordo na publicidade e campanhas. No Brasil, o mercado de moda *plus size* está em plena ascensão, é notória a quantidade de produtos que vêm sendo desenvolvidos para este grupo de usuários.

Neste sentido, propomos aos pares a reflexão sobre para que lado esta ascensão tão comemorada na moda *plus size* se direciona, pois se tais produtos se pretendem acessíveis por terem modelagem inclusiva e diferenciada, de alguma maneira eles se tornam economicamente menos acessíveis, pois nos deparamos com mercadorias com alto valor simbólico agregado. Ao realizarmos a aproximação entre os Campos do Design e das Ciências Sociais, estudando o universo simbólico de mulheres brasileiras gordas e de baixa renda, que compõem o quantitativo majoritário de indivíduos da sociedade brasileira feminina, nos aproximamos desta constatação a respeito da distribuição econômica do Brasil, para refletir a

moda *plus size* atravessada pelas condições materiais da maioria da população brasileira, buscando compreender esta ascensão em relação aos dados demográficos.

Por esse motivo, a interseccionalidade das opressões é uma boa via para refletir sobre a realidade desse grupo. Adicionam-se pobres a este interesse de pesquisa, pois o fator econômico, como dissemos anteriormente, será definitivo no acesso dessas mulheres aos produtos de vestuário no Brasil, que é muito defasado em relação a outros países, mas infinitamente precário em se tratando da população mais pobre. Para além da percepção de que os lucros seriam menores, por serem peças mais acessíveis economicamente, adiciona-se a herança estrutural de um povo marginalizado, que tem sua vida atravessada por inúmeros eventos de exclusão e que, na verdade, deseja não superar todos eles, mas qualquer possibilidade de vestir seus corpos para enfrentar os diversos desafios que os aguarda dentro e fora de casa, com alguma dignidade dentro das trocas simbólicas que instituímos em sociedade para os códigos do bem vestir, em relação às quais esses indivíduos se sentem desfavorecidos.

## Moda e sociedade

As noções que se matizam ao tecido social e como elas são percebidas têm relação direta com as práticas produtivas no Campo da Moda, logo, com os interesses de pesquisa e desenvolvimento deste trabalho. Uma vez que possamos perceber noções que pavimentam a dimensão cultural a respeito da sociedade, nos aproximaremos da compreensão de que fenômenos de natureza política e econômica se fundem às questões do Design, afetando e sendo afetado pelo modo de produção, mas também para quem ele se direciona.

Não se defende que os *designers* resolvam problemas de natureza estrutural, tampouco que realizem ações que movam estes indivíduos da exclusão para outro lugar, que não necessariamente signifique inclusão, mas talvez o lugar social no qual suas demandas sejam vistas como pertencentes à sociedade. Este é o ímpeto que não cabe ao Design, mas não deixa de fora sua parcela participativa como agente social.

A questão que estamos tratando se coloca para além da prática produtiva, pois ela está atrelada a um momento histórico e social que depende da moção econômico-financeira deste grupo, que acaba por viabilizar o interesse de reflexão sobre tal aspecto, ato que também é político e, por isso, está localizado em um tempo e espaço. No entanto, sendo um fenômeno nas Ciências Sociais, provoca a tentativa de compreender a participação do Design junto deste grupo representativo por causa de sua demografia. A questão que se apresenta ao campo é que o aumento do consumo de moda *plus size* aparentemente se enuncia como movimento de migração dos usuários da moda tradicional a esta fatia do mercado, pelo fato de a população brasileira de modo geral estar mais gorda.

Em contrapartida, os dados estatísticos em relação à distribuição econômica, à demografia em relação à obesidade, bem como sua distribuição no tecido social, demonstram que o aumento de cidadãos na condição de obesidade, possivelmente não esteja diretamente relacionado à ascensão econômica e social dos grupos estudados, como resposta ao acesso de políticas públicas, mas a questões ambientais ligadas à erosão da segurança alimentar e subsistência diante da crise financeira.

Sobre esta relação dialética, nos perguntamos: quem são estes sujeitos que passaram a consumir este segmento? Por meio desta análise, a curva crescente<sup>9</sup> do mercado de moda *plus size* se apresenta contrária aos dados decrescentes supracitados sobre poder econômico e desigualdades sociais no Brasil. Isso demonstra que o mercado de moda permanece ascendente, respondendo à fatia de mercado com maior poder aquisitivo que se tornou mais gorda, geralmente localizada nos grandes centros urbanos. Logo, estes sujeitos, considerados usuários, ocupam o lugar de consumo nesta fatia de mercado.

Esta talvez possa ser uma possível resposta à relação contrastante entre a carência de produtos de vestuário que as atenda e os produtos oferecidos com alto valor simbólico. Para tanto, ao nos voltarmos às estatísticas levantadas sobre a situação econômica do país, nos permitimos aplicar ao Campo do Design as mesmas categorias analíticas de Sergio Costa, para refletir a respeito de que tipo de cidadãos assentimos como usuários. Além disso, nos perguntamos a quem aplicamos noções de igualdade no campo da moda *plus size*: igualdade de que? Entre quem? Quando? Onde?

Para que categorias analíticas como estas sejam aplicadas, é preciso que os sujeitos sejam colocados no mesmo pé de igualdade, para fins de comparação. O acesso primário ao embate é localizar socialmente os sujeitos como usuários. A premissa para ser usuário é ser cidadão, e se indivíduos como os que estamos observando são furtados de sua cidadania, pela ausência de direitos como saneamento básico, saúde, escola, dignidade de moradia e salário justo, eles são, parafraseando Simmel ao analisar a pobreza, "estrangeiros deles mesmos", invisíveis aos grandes centros de poder. Esta invisibilidade que observamos é generalizada, é um reflexo de práticas governamentais que empurram cada vez mais os sujeitos às franjas do capitalismo e, como a maior parte das sociedades assim estruturadas, oprimem e excluem os indivíduos do direito de existir socialmente como parte de um problema, sobretudo, como parcela de solução. Intenciona-se perceber o papel do Design diante de tais questões, principalmente quando considera que todos são usuários, e em que medida a dialética entre visibilidade e invisibilidade lhes é imputada nos projetos.

---

<sup>9</sup> Do tamanho 44 ao 56, marcas *plus size* ganham visibilidade no mercado. Disponível em: <https://jornaldebrasil.com.br/noticias/brasil/do-tamanho-44-ao-56-marcas-plus-size-ganham-visibilidade-no-mercado/> Acesso: 27/09/21.

## Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. **A distinção**. Crítica social do julgamento. Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependências e políticas sociais no Brasil. In. **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas**/Roberto Rocha C. Pires Organizador. – Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

IVO, Anete B. L.. Georg Simmel e a “sociologia da pobreza”. **Cad. CRH**, Salvador, v. 21, n. 52, p. 171-180, Apr. 2008. Available from <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S01039792008000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01039792008000100013&lng=en&nrm=iso)>. accesson 08 Feb. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792008000100013>. Acesso em: 08/02/2020

PAUGAM, Serge. O Enfraquecimento e a Ruptura dos Vínculos Sociais – Uma dimensão essencial do processo de desqualificação social. In. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**/Bader Sawaia Organizador. Editora Vozes Ltda – Petrópolis – RJ, 1999.

REIS, Elisa P. A desigualdade na visão das elites e do povo brasileiro/Celi Scalon, In. **Imagens da desigualdade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2004.

FERREIRA, Vanessa Alves; MAGALHAES, Rosana. **Obesidade entre os pobres no Brasil: a vulnerabilidade feminina**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 16, n. 4, p. 2279-2287, abr. 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232011000400027&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000400027&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso: 27/09/2021.

VALLADARES, Lícia. Cem anos pensando a pobreza no Brasil. In.: **Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil**/ Renato R. Boschi Organizador. – Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed. IUPERJ, 1991.

**MODA PLUS SIZE: AS POLÊMICAS, OS PRECONCEITOS E AS SOLUÇÕES DO MERCADO**. Disponível em: <http://mantostore.blogspot.com.br/2013/05/moda-plus-size-as-polemicas-os.html> Acesso em: 16/05/2018.

**MAPA DA OBESIDADE**. Disponível em: <http://www.abeso.org.br/atitude-saudavel/mapa-obesidade> Acesso em: 21/05/2018.

**METADE DOS BRASILEIROS VIVE COM R\$ 413 MENSAIS; DESIGUALDADE ATINGE NÍVEL RECORDE**. Disponível em: <https://istoe.com.br/metade-dos-brasileiros-vive-com-r-413-mensais-desigualdade-atinge-nivel-recorde/> Acesso em: 11/11/2019.

**A UBERIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/justica/a-uberizacao-das-relacoes-de-trabalho/> Acesso em: 04/02/2020.

**DESEMPREGO FICA EM 11,8% EM AGOSTO E ATINGE 12,6 MILHÕES, DIZ IBGE.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/09/27/desemprego-fica-em-118percent-em-agosto-diz-ibge.ghtml> Acesso em: 06/02/2020.

**O QUE É ÍNDICE GINI?** Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2048:catid=28](http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2048:catid=28) Acesso em: 05/02/2020.

**MULHERES, PRETOS, NORDESTINOS E PESSOAS SEM INSTRUÇÃO SÃO OS BRASILEIROS COM SALÁRIO MAIS BAIXO, MOSTRA IBGE.** Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2019/10/16/mulheres-pretos-nordestinos-e-pessoas-sem-instrucao-sao-os-brasileiros-com-salario-mais-baixo-mostra-ibge.ghtml> acesso em: 17/03/2020.

### Agradecimentos

Revisora do texto: Ana Santos Maia, graduada em Letras pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: [anasantosmaia1983@gmail.com](mailto:anasantosmaia1983@gmail.com)